



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 15 de maio de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
0,28% São Paulo	128.188 128.515	R\$ 5,130 (-0,4%)	R\$ 1.412	R\$ 5,551	10,40%	10,39%	IPCA do IBGE (em %)
0,32% Nova York	9/5 10/5 13/5 14/5	Últimos		Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38

GOVERNO

Petrobras: sai Prates, entra Chambriard

Após dois meses de fritura, estatal informa a demissão do atual presidente e a indicação da ex-diretora da ANP para o cargo

» VINICIUS DORIA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Em mensagem a diretores, Prates disse que sua missão foi "abreviada" pela presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu demitir o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, encerrando uma novela que se arrastava desde o início de março, quando a estatal optou por não distribuir aos acionistas os dividendos extraordinários apurados no balanço do quarto trimestre do ano passado, de R\$ 43,5 bilhões, seguindo orientação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. No fim da noite de ontem, a Petrobras informou, em nota, que ele será substituído pela engenheira Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Chambriard tem perfil considerado desenvolvimentista e defende a reativação da indústria naval brasileira com investimentos da Petrobras. Ela foi nomeada para o comando da agência reguladora em 2012, pela então presidente Dilma Rousseff. O nome dela ainda será submetido ao Conselho de Administração da estatal.

A situação de Prates não era confortável por causa dos embates que manteve com Silveira. Na assembleia de acionistas que bloqueou a distribuição dos dividendos — contra a vontade do presidente da estatal —, o ministro defendeu que o dinheiro fosse destinado a investimentos da companhia, enquanto Prates propôs a retenção de apenas 50% desses recursos extraordinários.

Por causa do bloqueio, o valor de mercado da companhia na Bolsa de Valores despencou mais de R\$ 50 bilhões, refletindo a reação dos acionistas minoritários. No fim de abril, depois de quase dois meses de discussões

e trocas de farpas entre os dois, a assembleia de acionistas da estatal decidiu voltar atrás e pagar cerca de R\$ 22 bilhões em dividendos extraordinários.

A demissão de Prates foi definida um dia após o anúncio dos resultados da companhia no primeiro trimestre do ano. O lucro, de R\$ 23,7 bilhões, é 38% menor do que o apurado nos três primeiros meses do ano passado. Ontem, antes de a demissão se tornar pública, Prates comemorou, nas redes sociais, o resultado do primeiro trimestre,

apesar da queda nos lucros. "Estamos no caminho certo. Seguiremos juntos rumo a mais um ano incrível para a nossa companhia", postou ele.

Logo depois, a Petrobras divulgou uma nota confirmando a saída de Prates, que solicitou a convocação do Conselho de Administração da companhia para "apreciar o encerramento antecipado do mandato" do atual presidente. Segundo a nota, "Prates informou que, uma vez aprovado o encerramento indicado, pretende apresentar renúncia ao

cargo de membro do Conselho de Administração".

Briga pelo poder

O ministro Alexandre Silveira é do PSD e entrou no governo sob as bênçãos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como mais um nome do centrão governista. Também conta com apoio do ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa. Prates — economista de formação e especializado na área de petróleo e gás — é filiado ao

PT e contava com o apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da Federação Única dos Petroleiros. Os dois vêm divergindo publicamente desde o governo de transição.

No auge da crise dos dividendos, o presidente Lula cogitou levar para o comando da petroleira o atual presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Até o fechamento desta edição, o Palácio do Planalto não havia se manifestado sobre a troca de comando da Petrobras, a mais importante estatal brasileira.

Novo imposto preocupa

» DENISE ROTHENBURG
Enviada Especial

Nova York — A reforma tributária que não eleve a carga de impostos e políticas sociais sustentáveis, que caibam dentro do orçamento, foram duas reivindicações feitas por autoridades e empresários no Lide Brazil Investment Forum, em Nova York. Com a experiência de quem relatou a emenda constitucional da reforma tributária na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro foi incisivo: "Há um ano, estive aqui e falamos da reforma tributária, àquela altura tratada com desconfiança e descrença. No fim do ano, estava aprovada. Foi um marco histórico e não podemos perder o objetivo maior de justiça social. Não podemos permitir que numa regulamentação haja aumento de impostos".

A fala de Aguinaldo foi seguida, no último painel, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, que foi direto ao cobrar do governo parcimônia em relação aos gastos. "É preciso que as políticas públicas caibam no orçamento e que avancemos em uma maior progressividade de tributos em relação à renda", disse Sidney.

Os empresários elogiaram o atual cenário econômico e defenderam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Luz Carlos Trabucco Cappi, do Bradesco, considera que o país tem bônus suficientes para se tonar o país do futuro: "É preciso pragmatismo para fazer um Brasil mais respeitado na cena internacional", comentou.

COMÉRCIO EXTERIOR

Câmara vota hoje tributação sobre compras internacionais

» RAFAELA GONÇALVES

O Congresso pode votar hoje a proposta que põe fim à isenção de compras de até US\$ 50, dispositivo incluído no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). Alvo de divergências dentro da própria base governista, o texto derruba isenção às empresas inseridas no programa Remessa Conforme para que todas as compras vindas do exterior passem a contar com o imposto de importação de 60%.

Entidades da indústria, varejo e comércio brasileiros se reuniram ontem com parlamentares para pressionar por uma solução para o tema. O relator da matéria, deputado federal Átala Lira (PP-PI), que levantou a bandeira em favor das empresas nacionais, sinalizou que não abrirá mão do trecho. "Nosso intuito é votar nesta quarta-feira, retirar a emenda eu não tiro. Só votamos se for tudo junto", disse a jornalista, após o encontro.

Ele rebateu as críticas de que o dispositivo seria um jabuti — jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta. A matéria seria apreciada na semana passada, mas a falta de consenso fez com que os deputados adiassem o tema.

Guerra por isonomia

Atualmente, as remessas importadas de até US\$ 50 de empresas inseridas no Remessa Conforme tem a incidência apenas de uma alíquota de 17% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinado aos estados. Enquanto isso, de acordo com as entidades representativas, a indústria nacional suporta uma carga tributária de 90%.

Segundo Flávio Rocha, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e proprietário da rede de lojas de

Agência Câmara



Átala Lira (PP-PI) quer manter cobrança do imposto sobre importados

departamento Riachuelo, o setor produtivo clama por isonomia na cobrança dos tributos. "O que estamos vivendo é um absurdo. Estamos reivindicando somente a equiparação da tributação, queremos competir com igualdade de condições, não queremos privilégio", disse. Varejistas estrangeiras

estimam que o novo imposto pode encarecer as compras em até 100%, chegando a dobrar o preço final dos produtos para o consumidor. "Taxar remessas internacionais em patamares excessivos e desproporcionais com a tributação interna não é a resposta adequada", defendeu a Shein, em comunicado.

Criação do Cartão Prato Cheio que beneficia 400 mil pessoas todo mês.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.

Josiane Gonçalves
Beneficiada com o Cartão Prato Cheio